



PROCESSO: 003.0.20243/2019 - TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2019  
ASSUNTO: DECISÃO SOBRE RECURSO HIERÁRQUICO

### DECISÃO Nº 017/2019

Trata-se de decisão sobre Recurso interposto, em caráter hierárquico, pela empresa **CONSTRUQUALI ENGENHARIA LTDA. EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, CNPJ: 04.157.035/0001-90, contra a decisão da Comissão Permanente de Licitação, que desclassificou a proposta apresentada pela referida empresa Recorrente no bojo da licitação na modalidade Tomada de Preços nº 02/2019.

#### 1. DA ADMISSIBILIDADE DO RECURSO

A previsão legal do instituto do **recurso hierárquico** às decisões em processo licitatório realizado nas modalidades tomada de preços ou concorrência, no âmbito do Estado da Bahia, jaz na Lei Estadual nº 9.433/2005, artigo 202, conforme os excertos seguintes:

**Art. 202** - Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabe:

I - recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

- a) julgamento das propostas;
- b) habilitação ou inabilitação do licitante;
- c) anulação ou revogação da licitação;
- d) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- e) rescisão do contrato, a que se referem os incisos de I a XV, XX e XXI do art. 167 desta Lei;
- f) aplicação da pena de suspensão temporária;
- g) aplicação da pena de multa.

(...)

§ 1º - A intimação dos atos referidos no inciso I, alíneas "a", "b", "c", "e" e "f", deste artigo, e no inciso III, será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo para os casos previstos nas alíneas "a" e "b", se presentes os prepostos dos licitantes no ato em que foi adotada a decisão, quando poderá ser feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata, e o previsto na alínea "g", quando se dará a intimação pessoal do interessado.

§ 2º - O recurso previsto nas alíneas "a" e "b" do inciso I deste artigo terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir eficácia suspensiva aos demais recursos.

§ 3º - Interposto o recurso, será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

§ 4º - O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado.

§ 5º - Nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado.

§ 6º - Em se tratando de licitações efetuadas na modalidade de convite, os prazos estabelecidos nos incisos I e II e no § 3º deste artigo serão de 02 (dois) dias úteis.

Em semelhantes termos, consignam os **itens 20.1 a 20.3** do instrumento convocatório relativo ao certame que:

#### SEÇÃO XX – DOS RECURSOS

**20.1** Dos atos de julgamento das propostas ou dos documentos de habilitação caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, observadas as seguintes regras:

**20.1.1** A intimação dos atos referidos neste item será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes os prepostos das licitantes no ato em que foi adotada a decisão, quando poderá ser feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata, observadas as disposições dos itens 18.9 e 19.10, e respectivos subitens.

**20.1.2** Os recursos deverão ser dirigidos ao Superintendente de Gestão Administrativa, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, e apresentados em meio físico, no Protocolo Geral do Ministério Público do Estado da Bahia, localizado no endereço indicado no preâmbulo deste edital, até às 18 (dezoito) horas do último dia de prazo recursal.

**20.1.3** Para que sejam conhecidos, ademais, os recursos deverão ser subscritos por representantes legalmente habilitados ou identificados no processo como representantes das licitantes, além de atender aos requisitos de admissibilidade cabíveis, previstos nos artigos 15 e 60 da Lei Estadual nº 12.209/2011.

**20.2** Os recursos interpostos quanto à habilitação ou inabilitação da licitante e ao julgamento das propostas terão **EFEITO SUSPENSIVO**.



20.3 Será dada ciência aos demais participantes em relação aos recursos interpostos, através de publicação no Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado da Bahia (DJ-e), para que apresentem contrarrazões no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

20.3.1 Será franqueada vista do processo aos interessados na sede do Ministério Público do Estado da Bahia, vedada a retirada dos autos da CPL.

20.3.2 A CPL disponibilizará cópia digitalizada dos autos aos interessados, diretamente na Coordenação de Licitações do MPBA (para gravação em mídia própria da licitante) ou mediante requerimento ao endereço eletrônico [licitacao@mpba.mp.br](mailto:licitacao@mpba.mp.br).

Por outro lado, as peças recursais, ao serem interpostas, devem respeitar os requisitos dispostos no art. 15 da Lei Estadual nº 12.209/2011, observadas as disposições contidas no art. 54 e seguintes de tal diploma legal, a saber:

Art. 15 - O requerimento inicial, devidamente datado e assinado pelo postulante ou pelo seu representante legal, será formulado por escrito e conterá os seguintes requisitos:

- I - órgão ou autoridade administrativa a que se dirige;
  - II - qualificação do postulante, com indicação do domicílio;
  - III - instrumento de mandato, quando assistido por representante legal;
  - IV - local para recebimento das comunicações, inclusive endereço eletrônico, se for o caso;
  - V - pedido, com exposição dos fatos e fundamentos;
  - VI - indicação das provas que pretende ver juntadas aos autos e que se encontrem em poder do órgão ou entidade competente para apreciação do pedido.
- (...)

Art. 54 - Das decisões definitivas no processo cabe recurso hierárquico, devolvendo o conhecimento da matéria impugnada. (...)

§ 2º - O recurso hierárquico conterá os motivos de fato e de direito que fundamentam o pedido de nova decisão e será dirigido à autoridade que a proferiu, a qual, se não a reconsiderar no prazo de 10 (dez) dias, o encaminhará à autoridade superior. (...)

Art. 57 - A interposição de recurso independe de caução ou depósito prévio.

Art. 58 - São legitimados para recorrer:

- I - os postulantes relacionados no art. 9º desta Lei;
- II - aqueles que forem indiretamente afetados pela decisão recorrida. (...)

Art. 60 - O recurso não será conhecido quando interposto:

- I - fora do prazo;
- II - perante órgão incompetente;
- III - por quem não tenha legitimação;
- IV - depois de esgotados todos os recursos cabíveis na esfera administrativa. (...)

§ 2º - O não conhecimento do recurso não impede a Administração de rever de ofício o ato ilegal, desde que não ocorrida preclusão administrativa.

Art. 61 - Conhecido o recurso, a autoridade competente intimará os demais interessados para, no prazo de 10 (dez) dias, ou em outro prazo fixado em lei específica, apresentarem alegações.

A par dos regramentos de admissibilidade acima explicitados, em sucinto exame preliminar acerca do recurso interposto, tem-se que:

- 1.1 TEMPESTIVIDADE: A Recorrente apresentou tempestivamente o recurso hierárquico, considerando-se que, conforme art. 202, I c/c §1º da Lei estadual nº 9.433/2005, o termo final para interposição se deu no dia 18/10/2019, e a empresa protocolizou suas razões às 09 horas e 34 minutos do dia 17/10/2019, conforme se verifica do registro formal de protocolo aposto pelo setor de Protocolo Geral do Ministério Público do Estado da Bahia (fl. 559 dos autos).
- 1.2 COMPETÊNCIA: O recurso foi adequadamente dirigido à presidência da Comissão de Licitação do Ministério Público do Estado da Bahia, colegiado que proferiu a decisão combatida, conforme preceitua o art. 54, §2º, da Lei Estadual nº 12.209/2011.
- 1.3 LEGITIMIDADE: Entende-se que a empresa Recorrente é parte legítima, conforme análise dos artigos 9º, I, e 58, I, da Lei Estadual nº 12.209/2011, combinados com o art. 202, I, a, e §1º da Lei estadual nº 9.433/2005.



1.4 FORMA: A peça recursal da Recorrente foi apresentada com respeito à forma e ao meio previstos em Edital, consoante item 20.1.2, parte final.

1.5 DEMAIS REQUISITOS DE FORMA E MATÉRIA: Quanto ao conteúdo, em observância aos arts. 15 c/c 60 da lei Estadual nº 12.209/2011, tem-se que: indica a autoridade administrativa a quem se dirige; identifica a Postulante, a qual se encontra representada por sócio administrador (fl. 269 dos autos); e contém arrazoado com identificação da decisão a ser atacada, os pedidos formulados e exposição de fatos e fundamentos.

Por sua vez, verifica-se a incompletude da qualificação do postulante, nos termos do art. 15, II e IV, da lei Estadual nº 12.209/2011 c/c o art. 319, II, do CPC. Entretanto, considerando a existência das informações pendentes/incompletas em outras peças processuais existentes nos autos, de modo a afastar eventual hipótese de insegurança jurídica, evoca-se o princípio do formalismo moderado, para entender atendidos tais requisitos formais mínimos ao conhecimento da peça recursal.

Conclui-se, portanto, com base nos regramentos legais pertinentes, que o recurso hierárquico foi apresentado em observância aos requisitos formais e materiais mínimos de admissibilidade.

## 2. DAS RAZÕES DA RECORRENTE

### 2.1 DAS PRELIMINARES ARGUIDAS

**A) APLICAÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO E DEVOLUTIVO:** Pugna a recorrente pela aplicação do duplo efeito, com suspensão do processo até decisão administrativa irreformável.

**B) APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA ECONOMICIDADE:** Aponta que a Administração se atente aos atos que destaquem a maior atenção a manutenção do melhor aproveitamento dos recursos públicos, o que, no caso em tela, atrai a oportuna possibilidade de consagração do princípio da economicidade em detrimento de qualquer outro, como, por exemplo a formalidade excessiva.

**C) APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA MOTIVAÇÃO:** Alega que não houve motivação necessária a escorar a decisão de desclassificação da proposta, mormente a vaga indicação de dispositivo do edital que estaria sendo ofendido, sem que se declinasse a motivar o ato, ou seja, carecendo do necessário e indispensável demonstrativo fático da eventual ofensa em que teria incorrido a Recorrente.

**D) APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE:** Indica a necessidade de se aclamar o princípio da fungibilidade, com consequente superioridade da verdade real sobre a verdade formal.

**E) APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE:** Pugna pela aplicação do princípio da razoabilidade para ser encontrado o ponto acertado da decisão administrativa, coroando o ato administrativo daquilo que for mais precioso ao interesse público, respeitando o exercício de direitos da Recorrente.

**F) APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA AUTOTUTELA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:** Aponta para a necessidade de que a Administração pública corrija atos que mereçam a correção, a ponto de *"atrair a legitimidade e confirmação de que o interesse público encontra-se ligado a consagração do interesse público e a sua natural objetivação, sem preterimento do espírito pretendido pelo processo administrativo"*.

### 2.2 DO MÉRITO

Alega a Recorrente, em suma, que, ao desclassificar a proposta da Recorrente por ofensa ao item 18.1.3 do Edital, a Administração não satisfaz o verdadeiro interesse público, tampouco trilhou o caminho da legalidade em sentido estrito, fatos que deveriam desencadear na revisão da decisão administrativa.



Para tanto, arguiu a aparente ausência de apresentação da necessária motivação do ato de desclassificação da Recorrente, uma vez que, ao proceder a desclassificação, a Comissão teria se limitado a apontar o item 18.1.3 do edital e listar as empresas desclassificadas por apresentarem valores globais divergentes dos valores obtidos com a aplicação dos respectivos fatores multiplicadores "k" sobre os documentos "Planilha de Preços" e no "Cronograma Físico-financeiro".

Após discorrer análise da decisão administrativa sobre a ótica do Direito Penal brasileiro, e aduzir ter havido violação aos princípios da ampla defesa, do contraditório e do devido processo legal, defende que, em razão de a "Planilha de Preços" ter sido elaborada em meio eletrônico (software Excel), esta não permitiria o arredondamento das casas decimais, o que, por sua vez, impediria o atingimento do "nível de precisão exigida para a postulação em valores agregados". Por tal razão, alega, poderia ter havido distorção entre o fator "k" e o quanto estampado em sua proposta.

Defende, ademais, que a decisão de desclassificação teria sido medida excessivamente gravosa, uma vez que entende que, no caso concreto, seria possível a conversão em diligência, a fim de se conferir a compatibilidade dos valores constantes na planilha de preços ofertada pela licitante Recorrente. Para tanto, faz referência a jurisprudência do TCU (Acórdão 148/2013 – Plenário), que teria decidido que:

**"11.4.2 Caso haja divergência entre o preço unitário apresentado na Planilha de preços do licitante e aquele apresentado na composição de custos, prevalecerá a Planilha de preços."** (grifou)

Requer, por fim, para além dos pedidos de praxe pertinentes a uma peça recursal: a aplicação dos princípios arguidos em sede de preliminares; a conversão em diligência do processo para verificação da compatibilidade das planilhas já acostadas aos autos; e, na hipótese de a desclassificação da proposta tiver como fundamento a "*discordância entre a planilha apresentada e o resultado da multiplicação*", que prevaleça a planilha de preços, a fim de declarar a recorrente como vencedora do certame.

### 3. DA ANÁLISE DO RECURSO

#### 3.1 DAS PRELIMINARES

##### A) EFEITO DEVOLUTIVO E SUSPENSIVO

Considerando se tratar de recurso à decisão de julgamento de proposta - a qual ensejou a desclassificação da Recorrente, a peça recursal interposta se enquadra na hipótese definida no art. 202, I, a, da Lei Estadual nº 9.433/2005, instrumento jurídico cuja finalidade precípua é propiciar o reexame da matéria, de modo a lhe conferir, indubitavelmente, efeito devolutivo.

Por sua vez, o §2º do supramencionado artigo, a lei *per se* já confere efeito suspensivo ao recurso, sendo despidiende qualquer manifestação decisória concessiva, seja pela Comissão de Licitação ou pela autoridade que lhe é superior, haja vista, inclusive, a ausência de autorização legal para a não atribuição de efeito suspensivo ao recurso sob comento.

##### B) APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA ECONOMICIDADE, MOTIVAÇÃO, FUNGIBILIDADE, RAZOABILIDADE E AUTOTUTELA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Inicialmente, impende-nos observar a ausência de supremacia entre os princípios norteadores da Administração Pública. Em outras palavras, inexistente princípio supremo ou absoluto, nem mesmo o da **economicidade**, conforme postuladô. Nesse diapasão, *exempli gratia*, podemos citar o voto do Relator do Acórdão TCU nº 7874/2012:

##### ACÓRDÃO 7874/2012 – PLENÁRIO (...)

9. Por fim, no que tange aos postulados arrolados no recurso, cabe ressaltar que, de acordo com posicionamento pacífico do Supremo Tribunal Federal, não há hierarquia entre princípios constitucionais, não cabendo, pois, buscar



amparo no princípio da dignidade da pessoa humana com o fito de afastar do caso concreto o princípio da legalidade.  
(...) (grifamos)

Observa-se, portanto, que não se pode, sob a capa da economicidade, olvidar dos princípios que norteiam os certames licitatórios, a exemplo da vinculação ao instrumento convocatório e da segurança jurídica.

No que tange à (in)observância ao princípio da **motivação**, por sua vez, esclarece-se que não assiste razão às alegações da Recorrente. Isto porque, nos termos do art. 78, §3º, da Lei Estadual nº 9.433/2005, a Ata da Sessão Pública, referida na peça recursal e constante às fls. 190/191 dos autos, representa tão somente o resumo circunstanciado do ocorrido durante o ato público (sessão) da Tomada de Preços, no qual são expostos, discutidos e debatidos presencialmente todos os pontos de análise e decisão das fases de julgamento de propostas e de habilitação.

Neste sentido, ressalta-se que, em sessão, houve detalhada explanação aos licitantes acerca da forma e motivos de julgamento, tendo, inclusive, a representante legal da Recorrente tido acesso à "Planilha de Preços" elaborada relativamente à sua proposta, documento este validado e assinado pela referida preposta, conforme se verifica às fls. 209/212.

Por sua vez, no que concerne ao princípio da **fungibilidade**, cumpre-nos observar aparente confusão da licitante acerca do alegado instituto. Justifica-se, para tanto, que, salvo melhor juízo, tal princípio se refere à possibilidade do julgador aceitar um recurso quando o correto seria outro, desde que haja dúvida na doutrina ou jurisprudência sobre qual seria o correto a ser utilizado. Não nos parece o caso sob comento, em que não há qualquer dúvida acerca do meio recursal cabível à presente fase processual, qual seja recurso hierárquico, consignado no art. 202 da Lei Estadual nº 9.433/2005.

A alegada persecução da verdade real em sobreposição à formal, traduzida no princípio da verdade real, se configura, em verdade, em instituto afeto à persecução processual, especialmente em esfera penal. No âmbito dos procedimentos administrativos licitatórios, a possibilidade de realização de diligências no curso do certame, motivada inclusive pela busca da verdade material, está adstrita aos limites do edital, com respeito aos princípios basilares da segurança jurídica e da vinculação ao instrumento convocatório.

O princípio da **razoabilidade** deve sempre nortear a conduta do agente público, a quem é vedado atuar conforme valores pessoais, devendo pautar sua esfera de discricionariedade conforme o interesse público. No caso em tela, a atuação com razoabilidade se traduz (e traduziu) na atuação de acordo com o instrumento convocatório, e nos limites por este instituídos, de modo a obter como melhor proposta aquela que atenda plenamente aos requisitos técnicos e legais pertinentes ao objeto da futura contratação.

Por derradeiro, entende-se a **autotutela** como o poder-dever da Administração Pública de rever os seus próprios atos, seja para revogá-los, quando inconvenientes, ou seja, para anulá-los, quando ilegais. No caso concreto, considerando que a decisão ora combatida foi proferida conforme o instrumento convocatório, bem assim em consonância com a legislação aplicável à matéria, entende-se não haver ilegalidade a ser ceifada de ofício, em razão de flagrante nulidade de ato administrativo. Outrossim, não há manifestação da Administração acerca da inconveniência ou inoportunidade de atos vinculados ao certame licitatório em questão, a ensejar revogação.

Feitas as considerações suso indicadas acerca das preliminares arguidas, passa-se à análise do mérito do recurso.

### 3.2 DO MÉRITO

#### A) DA MOTIVAÇÃO DA DECISÃO COMBATIDA



Conforme discorrido em sede de análise de preliminar, não assiste razão à alegação da Recorrente acerca da ausência de motivação da decisão de desclassificação de sua proposta.

A necessária exposição de fatos e fundamentos que ensejaram a decisão administrativa da Comissão ocorreu em respeito à forma consignada no art. 78 da Lei Estadual nº 9.433/2005, isto é, em ato público realizado na sede da Administração, no dia 11/10/2019.

Conforme determina do citado disposto legal, a classificação e o julgamento das propostas ofertadas ocorreu presencialmente durante referida sessão, na qual houve detalhada explanação aos licitantes acerca da forma e motivos de julgamento, tendo a Comissão, inclusive, procedido à adoção da providência determinada no item 17.4.1.2 do Edital na presença de todos os licitantes, através de projeção em tela. Além disso, ao final de tal atividade, realizou a impressão de todos os documentos "Planilha de Preços" relativos a cada uma das licitantes, de modo individualizado, apresentando-as aos respectivos prepostos, os quais apuseram sua assinatura em cada uma das páginas da planilha, ao final da análise.

Tal conduta foi adotada para com todas as licitantes, inclusive a Recorrente, conforme se comprova através do documento de fls. 209/212, subscrito por preposta devidamente credenciada em sessão, conforme procuração constante à fl. 261 dos autos.

Deste modo, não cabe prosperar a argumentação de ausência de motivação e/ou de ciência da decisão combatida, visando a nulidade ou reversão da mesma a par de tal fundamento.

#### **B) DO RESPEITO À AMPLA DEFESA, AO CONTRADITÓRIO E AO DEVIDO PROCESSO LEGAL**

O procedimento licitatório da Tomada de Preços sob comento foi instaurado e tramita em estrita consonância com os ditames da Lei Estadual nº 9.433/2005, notadamente os artigos 78 e 202.

Publicizado o edital de licitação nos meios legalmente previstos, a sessão de abertura do certame ocorreu após o decurso do interstício temporal legalmente imposto, ocasião em que foi realizado o credenciamento dos prepostos presentes, com posterior recolhimento dos envelopes de proposta de preços e habilitação. Realizada a abertura dos envelopes de preços, foi procedida a classificação e julgamento das propostas em observância à seção XVIII do instrumento convocatório, o qual, por sua vez, foi elaborado em consonância com os limites e requisitos legais.

Finalizada a fase de julgamento, foi franqueada a palavra às licitantes, com manifestação daquelas que possuíam intenção de recorrer da decisão proferida. Esta, por conseguinte, foi publicada em Diário Oficial, tendo a Comissão de Licitação recebido os recursos interpostos, dando ciência dos mesmos às demais licitantes, igualmente mediante publicidade oficial e disponibilização do conteúdo no sítio eletrônico da Administração, franqueando-lhes prazo para apresentação de contrarrazões.

Todas as etapas acima transcritas se encontram comprovadas nos autos do procedimento licitatório autuado sob o número 003.0.20243/2019, bem assim no sítio eletrônico [www.mpba.mp.br](http://www.mpba.mp.br), conforme o caso.

Sendo assim, e considerando a ausência de indicação, pela Recorrente, de quais condutas confrontaram os princípios supra alegados ou de quais normativos legais foram infringidos, entende-se não se sustentar o argumento suscitado.

#### **C) DA REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIA**

Irresigna-se a Recorrente em razão da CPL não lhe ter oportunizado a realização de diligência, a fim de promover a compatibilização entre os valores dissonantes observados.



Neste sentido, tem-se que a Comissão, durante a sessão pública, após realizar a classificação inicial das propostas de preços apresentadas, procedeu ao julgamento das mesmas tendo como balizador o disposto no item 17.4.1.2 do instrumento convocatório, a saber:

17.4.1.2 Incumbirá à CPL durante a sessão pública, ao final da etapa de julgamento e classificação das propostas, aplicar o fator multiplicador "k" das empresas classificadas sobre as planilhas indicadas no item 17.4.1, de modo a se obter os valores unitários finais e confirmar os valores globais ofertados nas propostas de preços apresentadas. (grifo nosso)

Deste modo, realizou-se a aplicação dos fatores multiplicadores "k" ofertados pelas licitantes sobre as planilhas indicadas no item 17.4.1 - "Planilha de Preços" e "Cronograma Físico-financeiro", a fim de se determinar os valores unitários e cancelar os valores globais propostos. Em resultado, verificou-se que 06 (seis) licitantes, dentre estas a Recorrente, apresentaram dissonância de valores, restando prejudicada a necessária confirmação de valores e, conseqüentemente, a aceitação das propostas de preços. Por tal razão, as empresas com valores divergentes foram desclassificadas da disputa.

Em atenção ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório e da impessoalidade, a conduta adotada pela CPL se pautou nos estritos termos previstos na Seção XVII do Edital. Nesta, a partir da análise combinada dos itens 17.3, alínea "a", e 17.4.1, há a previsão de 02 (dois) balizadores para a definição do valor global ofertado:

- 1) a aplicação direta do fator multiplicador "k" sobre o valor global estimado (item 17.3, "a"); e
- 2) aplicação linear do fator multiplicador "k" sobre os itens que compõem a planilha de preços unitários, de modo a resultar em valor global composto pelo somatório dos valores unitários (item 17.4.1.2).

Os valores globais obtidos em ambas as hipóteses, a princípio, deveriam coincidir, de modo que o balizador indicado no item "2" acima deveria ratificar o valor proposto conforme o regramento "1", nos termos da previsão editalícia contida no item 17.4.1.2. Sob tal premissa, a Comissão de Licitação pautou a conduta de julgamento em sessão, anteriormente detalhada.

Sendo assim, ante a incompatibilidade entre a proposta ofertada e a transformação desta em planilhamento de preços unitários, entendeu a Comissão que não haveria diligência possível a ser adotada. Ademais, em sessão pública, nenhuma licitante, inclusive a Recorrente, pugnou pela realização de diligenciamento visando a comprovação de valores ou qualquer outro saneamento pertinente.

#### D) DA CONSIDERAÇÃO DA PLANILHA DE PREÇOS EM DETRIMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS OFERTADA

Conforme acima exposto, entende a Licitante que a Comissão Permanente de Licitação – CPL, ante a dissonância de valores observada durante a sessão pública, deveria ter convertido o feito em diligência, a fim de se conferir a compatibilidade dos valores constantes na planilha de preços ofertada pela Recorrente. Para tanto, faz referência ao Acórdão 148/2013-Plenário do Tribunal de Contas da União.

Inicialmente, impende-nos observar que a referência jurisprudencial realizada induz a erro à autoridade julgadora, conquanto que o texto destacado na peça recursal não faz parte do conteúdo decisório do Acórdão. Em verdade, se refere a cláusula contida em dado instrumento convocatório (Concorrência nº 19/2012, conduzida pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo), certame este que era justamente objeto da análise que resultou no Acórdão citado, o qual determinou inclusive a anulação do certame.

Superada tal questão, há que se observar que, em que pese a manifestação da Recorrente pela consideração da sua "Planilha de Preços" em detrimento da proposta de preços ofertada, tem-se que a Licitante não compôs seu envelope de proposta com qualquer planilha para além do documento de proposta *per si* e declarações exigidas em Edital (fls. 480/485).



Deste modo, ainda que se entendesse haver fundamento no pleito formulado, seria materialmente inexequível o atendimento ao mesmo, ante a inexistência do documento evocado.

#### E) DA UTILIZAÇÃO DE SOFTWARE DE PLANILHAMENTO ELETRÔNICO

Protesta a licitante acerca da utilização de software de planilhamento eletrônico (Excel) para a composição do documento "Planilha de Preços", sob o argumento de que tal programa não possuiria a funcionalidade de aproximação de casas decimais. Fundamenta tal fato como razão para eventual distorção entre a proposta de preços ofertada e o valor global obtido a partir da "Planilha de Preços".

Ocorre que é de conhecimento público e notório a capacidade do referido software em realizar a aproximação de valores constantes em casas decimais, possuindo múltiplas funções para tal conduta, tais como a função de arredondamento e a de truncar valores. Corrobora tal entendimento as informações disponibilizadas no sítio eletrônico do fabricante do produto, Microsoft, a saber: <https://support.office.com/pt-br/article/fun%C3%A7%C3%B5es-do-excel-ordem-alfab%C3%A9tica-b3944572-255d-4efb-bb96-c6d90033e188>.

Assim, não prospera a defesa da Recorrente de que a distorção de valores seria inerente à mera utilização do software Excel.

Entretanto, cumpre-nos trazer à baila o entendimento recorrido em sede de análise de recurso formulado pela licitante ECOGROUND TECNOLOGIA EIRELI ME, no bojo do certame licitatório sob comento, a saber:

"(...) durante a análise das razões recursais, e após minucioso exame e realização de diferentes simulações, verificou-se que, ao se proceder à aplicação linear do fator "k" sobre os preços unitários máximos estimados, através do documento "planilha de preços" (previsto no item 17.4.1 do Edital e disponível aos licitantes no sítio eletrônico oficial do *Parquet*), tem-se como resultado valor que contém pequenas distorções (na casa dos centavos), quando este é comparado com o valor ofertado de acordo com a regra editalícia contida no item 17.3, "a". Tal divergência é ocasionada em razão da formatação de regras de aproximação e/ou arredondamento de valores, no software de planilhamento utilizado (Excel).

Em razão das distorções geradas pelo planilhamento, por conseguinte, tem-se que todas as licitantes que formularam suas propostas de preços tendo como norteador somente o balizador "1" (item 17.3, "a"), acabaram por ofertar valores em dissonância com a "Planilha de Preços" e, por tal razão, foram desclassificadas. É o caso da Recorrente:

- 1) Utilizando-se o balizador "1", obtém-se como global o valor de **R\$ 294.237,06**, valor contido na proposta de preços ofertada (fl. 486 dos autos);
- 2) Norteando-se pelo balizador "2", chega-se ao valor global de **R\$ 294.236,80**, conforme planilha de fl. 213/216 dos autos.

Entretanto, há que se pontuar que, em análise transversa, é possível concluir que as licitantes que propuseram preços considerando tão somente a "Planilha de Preços", também o fizeram com discrepância, neste caso com o balizador que impõe a aplicação direta de fator "K" sobre global estimado (item 17.3, "a"), fato que, a princípio, também importaria em desclassificação, conforme seguinte demonstração:





	LICITANTE	FATOR K	VALOR GLOBAL PROPOSTO (CONFORME PLANILHA)	VALOR GLOBAL CONFORME ITEM 17.3, a
1	RGM CONSTRUTORA E ENGENHARIA LTDA - CNPJ 11.887.350/0001-38	0,80	294.236,80	294.237,06
2	QUALYMULTI SERVICOS LTDA - CNPJ 22.678.969/0001-59	0,82	301.592,66	301.592,98
3	OZ CONSTRUTORA LTDA - CNPJ 08.769.852/0001-50	0,86	316.304,50	316.304,84
4	LUZLEAL CONSTRUTORA LTDA - CNPJ 18.212.550/0001-30	0,95	349.406,22	349.406,50

Sendo assim, verifica-se que a configuração, pela Administração, da regra de aproximação/arredondamento de valores no documento "Planilha de Preços" desencadeou impacto direto e decisivo sobre a decisão de julgamento das propostas, em razão da distorção involuntária obtida.

Por tal razão, em se tratando de circunstância alheia à vontade das licitantes, entende-se que a estas não deve importar em responsabilidade ou prejuízo, como efetivamente ocorreu com a decisão de desclassificação da Recorrente e das empresas a seguir listadas, as quais seguiram a regra contida no item 17.3, "a" do Edital, conforme demonstração matemática igualmente indicada:

	LICITANTE	FATOR K	VALOR GLOBAL PROPOSTO (CONFORME 17.3, a)	VALOR GLOBAL CONFORME PLANILHA
1	CONSTRUQUALI ENGENHARIA LTDA. EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL - CNPJ 04.157.035/0001-90	0,75	275.847,24	275.847,02
2	ECOGROUND TECNOLOGIA LTDA - CNPJ 15.096.281/0001-03	0,80	294.237,06	294.236,80
3	LSN EMPREENDIMENTOS LTDA - CNPJ 17.004.157/0001-98	0,81	297.915,02	297.914,63
4	AS ENGENHARIA LTDA - CNPJ 17.700.934/0001-39	0,84	308.948,91	308.948,53
5	CGN CONSTRUÇÕES EIRELI - CNPJ 12.363.508/0001-33	0,86	316.304,83	316.304,50

Feita a consideração acerca da divergência de valores obtida ao se contrapor os dois balizadores previstos em edital, inicialmente se poderia concluir pela necessidade de anulação do instrumento convocatório em razão da aparente incompatibilidade entre regras/critérios, em respeito aos princípios da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório.

Entretanto, ao se analisar o caso concreto frente aos princípios da eficiência, da razoabilidade e da proporcionalidade, tem-se que a dissonância de valores verificada se traduz tão somente em aproximações irrisórias de valores, perpassando somente pela casa dos centavos, de modo a não importar em prejuízo significativo tanto para a Administração quanto para as licitantes. Deste modo, e considerando que se trata de questão que afeta às licitantes de modo indistinto, entende-se que, as divergências de valores globais relacionadas à antinomia de critérios podem ser entendidas conquanto erros materiais irrelevantes e, portanto, passíveis de saneamento, à luz do art. 78, §7º da Lei estadual nº 9.433/2005.

Deste modo, esta Comissão entende pela possibilidade de realização do saneamento da proposta da Recorrente, conforme postulado, de modo a corrigir o valor global proposto (R\$ 294.237,06) para aquele obtido pela aplicação do fator multiplicador "k" sobre a Planilha de Preços (R\$ 294.236,80)."




Pelas razões transcritas, tem-se o entendimento de que, à presente Recorrente, recaiu o mesmo prejuízo sofrido pela licitante concorrente. Sendo assim, em respeito aos princípios da igualdade, razoabilidade e proporcionalidade, entende-se que lhe deva ser conferida idêntico provimento, ainda que não tenham sido acatados os fatos e fundamentos expostos na peça recursal ora sob análise.

Sendo assim, esta Comissão entende pela possibilidade de realização do saneamento da proposta da Recorrente, conforme postulado, de modo a corrigir o valor global proposto (R\$ 275.847,24) para aquele obtido pela aplicação do fator multiplicador "k" sobre a Planilha de Preços (R\$ 275.847,02)


#### 4. CONCLUSÃO


Diante do exposto, recebe-se o recurso hierárquico interposto pela empresa **CONSTRUQUALI ENGENHARIA LTDA. EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, CNPJ: 04.157.035/0001-90, para, no mérito, com base nas razões de fato e de direito acima desenvolvidas, **CONCEDER-LHE PROVIMENTO**, decidindo pela procedência parcial do pedido, de modo a reconsiderar a decisão de desclassificação da Recorrente e, à luz do art. 78, § 7º, da Lei Estadual nº 9.433/2005, realizar o saneamento da proposta de preços ofertada (fl. 481). Por conseguinte, ajusta-se o valor global proposto de R\$ 275.847,24 (duzentos e setenta e cinco mil oitocentos e quarenta e sete reais e vinte e quatro centavos) para o valor obtido com a aplicação do fator "k" sobre a Planilha de Preços, qual seja para R\$ 275.847,02 (duzentos e setenta e cinco mil oitocentos e quarenta e sete reais e dois centavos), de modo a considerar este último como o valor global ofertado pela licitante.

Salvador, 06 de novembro de 2019.

  
Fernanda da Costa Peres Valentim  
Comissão Permanente de Licitação  
Presidente

  
Monica Fabiane da Silva Sobrinho  
Comissão Permanente de Licitação  
Membro

  
Gerson Adriano Yamashita  
Comissão Permanente de Licitação  
Membro

  
Álvaro Medeiros Neto  
Comissão Permanente de Licitação  
Membro

Christian Heberth Silva Borges  
Comissão Permanente de Licitação  
Membro